

2 Aos treze dias de abril de dois mil e dezoito, às dezesseis horas e vinte minutos, na sede  
3 do Conselho Federal de Psicologia – CFP, situado no Setor de Administração Federal  
4 Sul, quadra dois, bloco “B”, Edifício Via Office, térreo, sala cento e quatro, Brasília,  
5 Distrito Federal, iniciou-se o primeiro dia da décima sétima plenária do décimo sétimo  
6 plenário do Conselho Federal de Psicologia. Estavam presentes Célia Zenaide da Silva;  
7 Clarissa Paranhos Guedes; Elizabeth de Lacerda Barbosa; Fabian Javier Marin Rueda;  
8 Iolete Ribeiro da Silva; Júnia Maria Campos Lara; Jureuda Duarte Guerra; Marisa  
9 Helena Alves; Paulo José Barroso de Aguiar Pessoa; Paulo Roberto Martins Maldos,  
10 Pedro Paulo Gastalho de Bicalho; Rogério Giannini; Sandra Elena Sposito. Foram  
11 justificadas as ausências de Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega, Andréa  
12 Esmeraldo Câmara, Daniela Sacramento Zanini, Fabiana Itaci Corrêa de Araújo, Maria  
13 Márcia Badaró Bandeira, Norma Celiane Cosmo, Regina Lucia Sucupira Pedroza,  
14 Rosane Lorena Granzotto. Pedro Paulo Bicalho iniciou a reunião pelos informes,  
15 passando a palavra à Iolete Ribeiro. **INFORMES: 1. DECRETO DE**  
16 **REGULAMENTAÇÃO DA LEI 13.431- CIEVSCA E CONANDA:** Iolete Ribeiro  
17 informou que o CFP fez sugestões para o texto do decreto, contando com contribuições  
18 de Ana Luiza Castro, Leila Torraca, Gisele Azambuja, Esther Arantes, ASSP Brasil  
19 (Associação de Assistentes Sociais e Psicólogos). O texto foi encaminhado ao Conanda  
20 – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente para sistematização e  
21 está pautado para discussão no dia 25 de abril. Iolete Ribeiro destacou que a  
22 implantação da lei está ocorrendo em grande velocidade no país, para o depoimento,  
23 sem considerar a importância da rede de proteção, por isso, a luta será intensa, pois  
24 haverá mais pressão para os psicólogos que atuam no judiciário realizarem esse tipo de  
25 escuta de crianças e adolescentes. **2. REPRESENTAÇÕES E REUNIÕES:** Clarissa  
26 Guedes informou que esteve em três representações pelo CFP: uma foi no Seminário de  
27 Psicologia e Políticas Públicas no Pará, e a avaliação é positiva, pois teve grande  
28 participação e muitos *feedbacks* positivos. Ressaltou que foi uma boa ideia a realização  
29 dos seminários regionais do Crepop - Centro de Referência Técnica em Psicologia e  
30 Políticas Públicas. Agradeceu as equipes do Crepop, da GCOM – Gerência de  
31 Comunicação do CFP e elogiou a transmissão do evento. Agradeceu também a Jureuda  
32 Guerra e o CRP-10/PA/AP - Conselho Regional de Psicologia da 10ª Região. Sugeriu  
33 que a equipe do Crepop do CFP esteja sempre presente nesses eventos. Clarissa Guedes  
34 informou que na ocasião, o CFP recebeu um pedido de apoio para o Terceiro Encontro  
35 de Psicologia, Direitos Humanos e Povos Indígenas, a se realizar em Santarém-PA, de 3  
36 a 5 de dezembro deste ano. Clarissa Guedes informou que esteve também no Encontro  
37 das DCNs - Diretrizes Curriculares Nacionais no nordeste, em Olinda. Avaliou que o  
38 evento foi muito bem organizado pelo CRP-02/PE. Contou que houve eleições de  
39 delegados para a DCN nacional, e, do total de oito delegados, cinco eleitos são da  
40 Paraíba. Clarissa Guedes informou ainda que aconteceu a primeira reunião de retomada  
41 da Frente Drogas e Direitos Humanos e ficou combinado que é preciso atualizar os  
42 documentos e o site da Frente, e mencionou duas ações importantes. Uma é colocar para  
43 a sociedade o que é a redução de danos, fazendo uma nova série de vídeos da série  
44 “Drogas e Cidadania” e outra seria a publicação de um relatório para a divulgação das  
45 práticas exitosas de redução de danos, como o Programa “Corra pro abraço”, por  
46 exemplo. Pedro Paulo Bicalho informou que na última reunião do FENPB - Fórum de  
47 Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira, em São Paulo, estiveram presentes  
48 dezessete do total de 24 entidades que o compõe, o que é muito significativo. Lembrou  
49 que agora o CFP encontra-se na Secretaria Executiva e percebe-se um retorno da  
50 atuação do Fórum. Pedro Paulo Bicalho informou também que em 6 de abril participou  
de um evento no Instituto *Sedes Sapientiae* em São Paulo para um debate sobre a

52 Resolução CFP nº 001/1999 (que estabelece normas de atuação para os psicólogos em  
53 relação à questão de Orientação Sexual) e a Resolução CFP nº 01/2018 (que estabelece  
54 normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação pessoas transexuais e  
55 travestis.), em um momento político muito sensível. Assim, o debate precisou contar  
56 com a presença de oito seguranças em virtude da tensão que estava em São Paulo. O  
57 Sedes recebeu ameaças por conta do tema a ser debatido. Pedro Paulo Bicalho informou  
58 também que vão continuar acontecendo as reuniões com as diretorias do CFP e dos  
59 CRPs, de modo que as próximas serão com o CRP-19/SE e com o 03/BA. Pedro Paulo  
60 Bicalho lembrou que no dia 21 haverá o Encontro das DCNs em São Paulo e deixou o  
61 convite para os conselheiros da região Sudeste interessados. Ele informou que no dia 25  
62 de abril haverá um evento no CRP-04/MG intitulado “Gênero não é ideologia” para o  
63 qual a diretoria do CFP foi convidada e ele participará. Pedro Paulo Bicalho acrescentou  
64 que no dia 26, haverá reunião no CFP sobre a criação do CRP-24, em decorrência do  
65 desmembramento do CRP-20/ AM/AC/RR/RO e isso provavelmente será ponto de  
66 pauta da Apaf - Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças de maio.  
67 Jureuda Guerra informou que esteve em uma das reuniões das DCNs – Diretrizes  
68 Curriculares Nacionais, em Manaus, substituindo Iolete Ribeiro, que estava em  
69 atividade GT de Eleições. Jureuda Guerra avaliou que há pouca adesão dos profissionais  
70 e dos Conselhos Regionais de Psicologia nesses eventos, assim, é preciso reforçar o  
71 convite aos CRPs para essas pautas, com especial atenção para aqueles locais em que o  
72 evento se realiza. **3. SOLICITAÇÃO DO CRP-15/AL – APOIO DO CFP EM**  
73 **FUNÇÃO DE ATUAÇÕES DA GESTÃO DE PESSOAS DO INSS:** Miraci Astun  
74 informou que em dezembro o CFP recebeu uma solicitação e uma denúncia do CRP-  
75 15/AL, que foi pautada para plenárias anteriores, mas ainda não foi discutida. Miraci  
76 Astun explicou que o INSS – Instituto Nacional do Seguro Social realizou concurso  
77 para profissionais com jornada de quarenta horas semanais. Então as assistentes sociais  
78 solicitaram a redução da jornada, pois elas já haviam conquistado a redução para trinta  
79 horas semanais. O INSS consultou o MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento  
80 e Gestão a respeito do assunto. No despacho resultante, o INSS excluiu quatro  
81 profissões da área de saúde: Psicologia, Serviço Social, Terapia Ocupacional e  
82 Fisioterapia. Miraci Astun alertou que isso é um problema grave porque pode ganhar  
83 uma dimensão nas políticas públicas e a Psicologia pode deixar de ser considerada  
84 profissão de saúde em outros contextos. Ela acrescentou que haverá outra reunião no dia  
85 25. O plenário solicitou que esse informe se torne um ponto de pauta de sábado.  
86 **PONTOS DE PAUTA: 1. RELATORIAS DE PROCESSOS ÉTICOS DE 29 DE**  
87 **JUNHO:** ficou deliberado que o processo 576600020.000964-2017-47 (CRP-07/RS)  
88 será relatado por Sandra Spósito. O processo 576600020.000966-2017-36 (CRP-03/BA)  
89 será relatado por Paulo Maldos. O processo 576600020.001108-2017-17 (CRP-06/SP)  
90 será relatado por Andréa Esmeraldo. O processo 600020.001129-2017-24 (CRP-05/RJ)  
91 será relatado por Jureuda Guerra. O processo 576600020.001144-2017-72 (CRP-  
92 03/BA) será relatado por Rosane Granzotto. **2. DELIBERAÇÃO PAUTA APAF**  
93 **MAIO-2018:** Pedro Paulo Bicalho explicou que o objetivo do ponto é avaliar se são  
94 necessários mais materiais de subsídio ou a inclusão de novos pontos para a Apaf, pois  
95 a discussão dos pontos deve ser realizada na plenária de maio, antes da assembleia. **2.1**  
96 **GT REVISÃO DA POLÍTICA DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO:** será  
97 discutido no ponto três da pauta da plenária do CFP. **2.2 GT PARA EVIDENCIAR A**  
98 **RESOLUÇÃO CFP Nº 018-2002 (PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO**  
99 **RACIAL):** não haverá deliberações na Apaf. **2.3 GT DE TESOUREIROS:** Norma  
100 Celiane deve dar informe no sábado. **2.4 GT LAICIDADE E PSICOLOGIA:** não  
haverá deliberações na Apaf. **2.5 GT UNIFICADO PL OSMAR TERRA:** haverá a

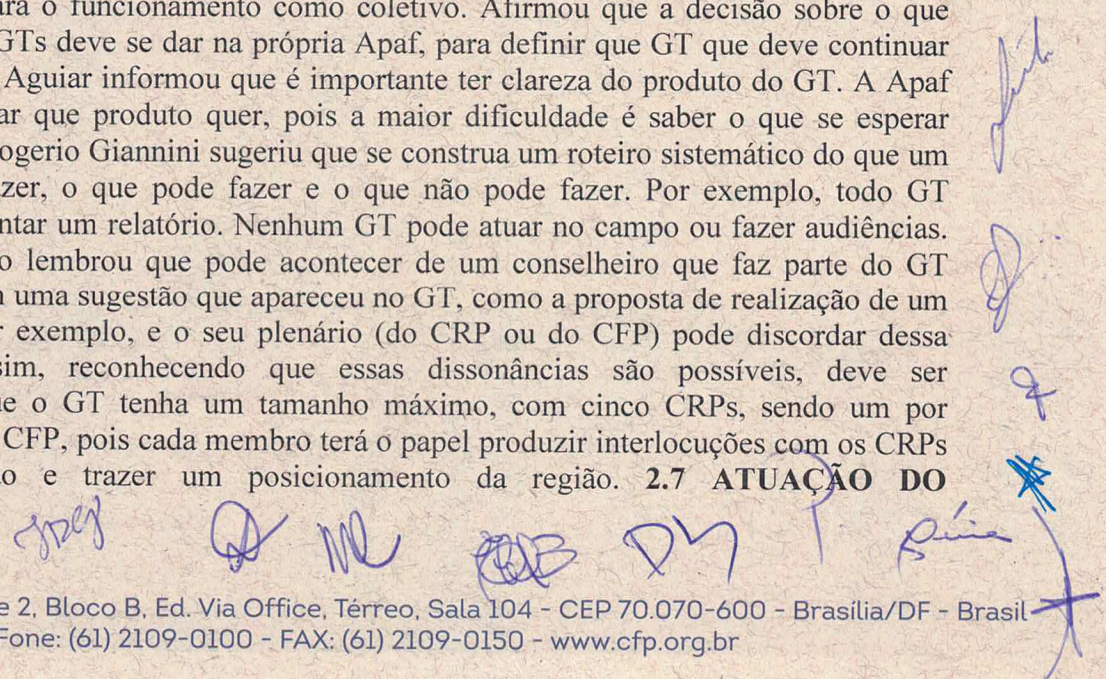
102  
103  
104  
105  
106  
107  
108  
109  
110  
111  
112  
113  
114  
115  
116  
117  
118  
119  
120  
121  
122  
123  
124  
125  
126  
127  
128  
129  
130  
131  
132  
133  
134  
135  
136  
137  
138  
139  
140  
141  
142  
143  
144  
145  
146  
147  
148  
149  
150

proposta de exclusão do GT na Apaf. **2.6 GT PSICOLOGIA E ESPORTE:** não haverá deliberações na Apaf. Elizabeth Lacerda informou que na Apaf, o CFP pode ser cobrado por não ter realizado uma audiência que a Apaf solicitou. Miraci Astun esclareceu que há uma discussão maior que se refere à necessidade de definir quem pode marcar e representar a Apaf em audiências, de modo que é preciso ficar claro se os Grupos de Trabalho têm essa autonomia. Elizabeth Lacerda reafirmou que a audiência marcada pelo CFP com o Deputado Ezequiel Teixeira, foi sugerida pelo GT e deliberada na Apaf de dezembro de 2017. Ficou claro que pela plenária do CFP há consenso de que o GT não marca audiência, somente o CFP. A questão a ser discutida é quem participa da audiência após ser marcada pelo CFP. Rogério Giannini pontuou que alguns GTs parecem funcionar como Comissões, pois têm pautado ações nacionais. Assim, é necessário combinar o método de trabalho do GT, de modo que a ação já deve ser definida em Apaf e é restrita. Clarissa Guedes sugeriu discutir outro ponto da pauta da plenária, pois trata justamente da definição de critérios para os GTs, para ter clareza ao se definir o que é um GT da Apaf e para acertar a forma de tratar os GTs daqui para frente, haja vista que eles têm se tornado um território de disputa (todos os CRPs querem participar). A sugestão de Clarissa Guedes foi acatada e passou-se ao ponto: **3. CRITÉRIOS PARA A COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS DE TRABALHO DA APAF E METODOLOGIA DE TRABALHO:** Clarissa Guedes informou que fez pesquisa nas atas de Apaf de 1998 e 1999, quando da criação dos primeiros grupos de trabalho e em seguida foi feito um estudo de como têm sido a participação dos CRPs nos GTs em andamento, com informe de quantas reuniões realizaram, porcentagem de participações e tudo que foi produzido pelo GT. Há um relatório que mostra vários dados, como o custo de uma reunião de um GT com cinco CRPs, por exemplo: de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). A partir dos dados, foi possível ver que o trabalho dos GTs está se inviabilizando porque os grupos têm ficado muito grandes, o que dificulta a marcação e a realização de reuniões telefônicas, pois quando se consegue uma data comum, muita gente não participa e as ligações caem, entre outras dificuldades. Isso leva à necessidade de reuniões presenciais e, com isso, os custos aumentam. Foi possível concluir que há uma disputa de representatividade no momento da criação do GT na Apaf, mas, na prática, alguns CRPs insistem em compor o GT, no entanto, não participam das reuniões. Ou seja, o GT está perdendo aquela função inicial de preparar um assunto, subsidiar o ponto para levar uma proposta para a Apaf deliberar. A partir dessa análise, chegou-se à conclusão de que é mais representativo e viável que os GTs respeitem o critério de uma representação por região. Clarissa Guedes sugeriu que o representante do GT tenha a tarefa de consultar os CRPs de sua região. Lembrou que há muitos GTs que não apresentam produtos na Apaf e vão se perdurando, mesmo depois de passado o momento político. Por isso é preciso sempre avaliar se o GT é necessário e é preciso também responsabilizar os CRPs, procurando saber por que não participaram das reuniões. Clarissa Guedes ressaltou que muitas vezes aparece o mesmo CRP em vários GTs, então se deve propor uma alternância entre os CRPs da região. Destacou também que é preciso explicar aos CRPs que não é necessário ter um acúmulo ou experiência em relação ao tema do GT para participar do grupo, pois o papel é fazer diálogos e tocar a tarefa e, para isso, não precisa ser “perito” no assunto. Clarissa Guedes pontuou que é importante que o membro do GT seja conselheiro. Pedro Paulo Bicalho informou que este é um ponto de pauta da Apaf e o relatório apresentado pode ser material de subsídio. Ele questionou sobre o que fazer com os GTs que estão funcionando com temas complexos, como, por exemplo, o GT Esporte, que tem um diálogo com a Abrapesp – Associação Brasileira de Psicologia do Esporte. Fabián Rueda explicou que o GT tem o papel de produzir subsídios, para, se for o caso, sugerir

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

152  
153  
154  
155  
156  
157  
158  
159  
160  
161  
162  
163  
164  
165  
166  
167  
168  
169  
170  
171  
172  
173  
174  
175  
176  
177  
178  
179  
180  
181  
182  
183  
184  
185  
186  
187  
188  
189  
190  
191  
192  
193  
194  
195  
196  
197  
198  
199  
200

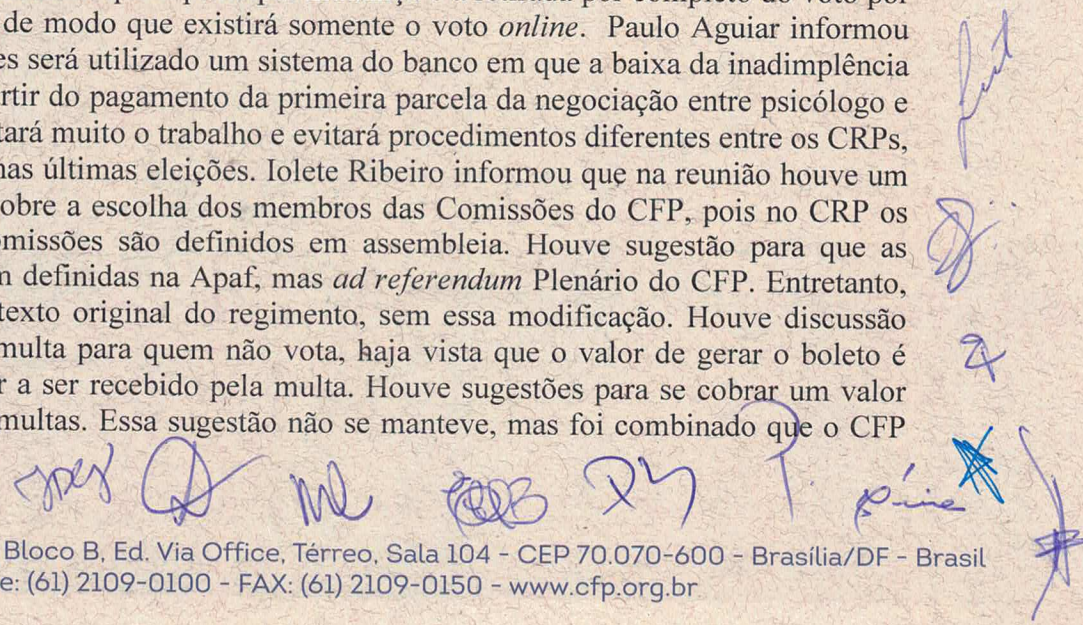
diálogo com a associação da área, por exemplo, mas muitos GTs foram além disso e já deveriam ter sido encerrados. Rogério Giannini falou da importância de o representante do GT não ser alguém que “tenha acúmulo no assunto” e sim ser alguém capaz de dialogar com os outros CRPs, para produzir um subsídio, caso contrário poderá haver a disputa de uma posição (um acúmulo) ou outra (outro acúmulo). A ideia não é garantir certa posição no GT, mas sim fazer a construção de um posicionamento da Apaf. O Plenário fez elogios à Camila Alves (Gerência Técnica), à Cibele Tavares (Coordenação Colegiada) e à Clarissa Guedes pela qualidade do relatório apresentado. Rogério Giannini sugeriu que haja um documento com um mapeamento e o método de atuar do GT em cada contexto, contendo: reconhecimento do campo (potencialidades e dificuldades), legislação pertinente, projetos de lei - PLs, entidades ligadas ao tema e, por fim, a proposição de uma ação, que pode ser um seminário, o patrocínio de um PL, reuniões em todos os CRPs, articulação com outros órgãos, para esse documento ser apresentado em Apaf como o produto do GT. Sandra Sposito lembrou que durante três anos os GTs ficaram represados. Assim, é natural que haja esse acúmulo até hoje, uma vez que foram três anos sem discussão coletiva política. Ela também explicou que a Apaf tem limitações de tempo para fazer essas discussões, por isso vão sendo criados vácuos, como acontece com a Psicologia do Esporte, laicidade, entre outros assuntos. Falou da importância de reequilibrar a Apaf em termos de tempo. Concluiu que há disputas políticas sim, mas isso não é a única origem do problema. Lembrou da criação da Conpas – Comissão Nacional de Psicologia e Assistência Social e grupos de *whatsapp*, assim como outros mecanismos que concorrem com a Apaf como um espaço de deliberação. Indicou a necessidade de refletir dois pontos: 1) como enxugar os GTs e amenizar os ânimos e 2) mesmo fazendo isso a partir das diretrizes colocadas por Clarissa Guedes, ainda pode haver extrapolação e é preciso pensar em outras saídas, em como revitalizar os próprios GTs ou a lógica da Apaf, pois esses espaços não estão sendo suficientes. Rogério Giannini informou que essa análise poderá ser feita no ponto: “Pactuação de atividades no âmbito do Sistema Conselhos de Psicologia”. Ele afirmou que a Apaf funciona bem quando os GTs funcionam bem, mas não há um espaço que dê conta de realizar todas as discussões necessárias. Foi aprovada a inclusão do ponto: “Critérios para a composição dos Grupos de Trabalho e metodologia de trabalho” na Apaf, juntamente com o relatório apresentado como subsídio. **CONTINUAÇÃO DO PONTO 2. DELIBERAÇÃO PAUTA APAF MAIO-2018:** Retomando ao ponto anterior, ficou combinado que o plenário pensará em encaminhamentos para os GTs em andamento. Elizabeth de Lacerda Barbosa sugeriu iniciar a Apaf com um relatório de produtividade de cada GT, mostrando a realidade, para redefinição dos GTs e colocação de critérios para o funcionamento como coletivo. Afirmou que a decisão sobre o que fazer com os GTs deve se dar na própria Apaf, para definir que GT que deve continuar ou não. Paulo Aguiar informou que é importante ter clareza do produto do GT. A Apaf já deve apontar que produto quer, pois a maior dificuldade é saber o que se esperar desses GTs. Rogério Giannini sugeriu que se construa um roteiro sistemático do que um GT precisa fazer, o que pode fazer e o que não pode fazer. Por exemplo, todo GT precisa apresentar um relatório. Nenhum GT pode atuar no campo ou fazer audiências. Sandra Sposito lembrou que pode acontecer de um conselheiro que faz parte do GT concordar com uma sugestão que apareceu no GT, como a proposta de realização de um seminário, por exemplo, e o seu plenário (do CRP ou do CFP) pode discordar dessa proposta. Assim, reconhecendo que essas dissonâncias são possíveis, deve ser obrigatório que o GT tenha um tamanho máximo, com cinco CRPs, sendo um por região, mais o CFP, pois cada membro terá o papel produzir interlocuções com os CRPs de sua região e trazer um posicionamento da região. **2.7 ATUAÇÃO DO**



Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page, including names like 'Sposito', 'ME', 'RFB', 'DM', 'P', and 'Guedes'.

202  
203  
204  
205  
206  
207  
208  
209  
210  
211  
212  
213  
214  
215  
216  
217  
218  
219  
220  
221  
222  
223  
224  
225  
226  
227  
228  
229  
230  
231  
232  
233  
234  
235  
236  
237  
238  
239  
240  
241  
242  
243  
244  
245  
246  
247  
248  
249  
250

**PSICÓLOGO NO SISTEMA PRISIONAL:** Iolete Ribeiro informou que houve a recomposição do objetivo do GT e isso foi pautado para a Apaf de dezembro, mas não foi discutido, então é o que será colocado em maio. **2.8 REVISÃO DA RESOLUÇÃO CFP Nº007/2003:** não haverá deliberações nesta Apaf. **2.9 ESTUDO E ELABORAÇÃO DE UMA PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO DE NOVA CARTEIRA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL DE PSICÓLOGO:** Sandra Spósito informou que está tentando marcar reunião do GT antes da Apaf. **2.10 DIVERSIDADE SEXUAL E GÊNERO:** O GT se reunirá presencialmente no dia 4 de maio. Provavelmente será elaborada uma nota técnica sobre a Resolução 001/2018 para apreciação da Apaf. **2.11 ELEIÇÕES:** Foi informado que o GT eleições será discutido no ponto 4 da plenária. Iolete Ribeiro sugeriu a exclusão do GT, pois o manual (que é o documento que está faltando) pode ser feito pela Comissão Eleitoral Especial ou Comissão Eleitoral Regular. **2.12 MULHERES:** O GT fez uma reunião telefônica no dia 9 de abril e se reunirá presencialmente no dia 11 de maio (data em revisão por conta da 3ª remessa de pontos e subsídios para a Apaf). Provavelmente será elaborada uma resolução sobre violência contra a mulher para apreciação da Apaf. Foi combinado que Sandra Spósito poderá apresentar nesta Apaf os princípios norteadores da resolução para pautar a resolução propriamente dita em outra Apaf. Pedro Paulo Bicalho aproveitou o momento para informar sobre a necessidade de retomada da pesquisa “Quem é a psicóloga brasileira”, conforme deliberação da Apaf. Ele pediu para o plenário pensar a respeito, para saber se caberia ao GT incluir o papel de coordenar a nova pesquisa. **2.13 GT DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO:** Leomar Santana (Supervisor do Setor de Tecnologia da Informação do CFP) informará o andamento do GT em outro momento. **2.14 GT PARA REVISÃO DA RESOLUÇÃO CFP Nº 11/2012 (SERVIÇOS PSICOLÓGICOS MEDIADOS POR TICs):** houve reunião do GT e o andamento deve ser apresentado em outro momento. Pedro Paulo Bicalho apresentou a pauta completa da Apaf com indicação dos materiais da primeira remessa. Ele explicou que na próxima plenária já haverá a segunda e a terceira remessas, por isso, pode haver outros pontos de pauta. Assim, ele concluiu o ponto “2. DELIBERAÇÃO PAUTA APAF MAIO-2018” e passou ao terceiro ponto da pauta da Plenária. **3. GT APAF REVISÃO DA POLÍTICA ORIENTAÇÃO FISCALIZAÇÃO:** Pedro Paulo Bicalho esclareceu que o ponto foi solicitado pela Conselheira Junia Lara que já precisou ir embora, dessa forma, passou ao próximo ponto de pauta. **4. GT ELEIÇÕES:** Iolete Ribeiro e Paulo Aguiar apresentaram o ponto, informando que houve reunião presencial do GT, em que se discutiu o regimento eleitoral até certo ponto. No momento está sendo feita a sistematização das contribuições e haverá outra reunião telefônica para concluir o trabalho. Iolete Ribeiro e Paulo Aguiar explicaram que a principal mudança é a retirada por completo do voto por correspondência, de modo que existirá somente o voto *online*. Paulo Aguiar informou que nestas eleições será utilizado um sistema do banco em que a baixa da inadimplência é automática a partir do pagamento da primeira parcela da negociação entre psicólogo e CRP, o que facilitará muito o trabalho e evitará procedimentos diferentes entre os CRPs, como aconteceu nas últimas eleições. Iolete Ribeiro informou que na reunião houve um questionamento sobre a escolha dos membros das Comissões do CFP, pois no CRP os membros das Comissões são definidos em assembleia. Houve sugestão para que as Comissões fossem definidas na Apaf, mas *ad referendum* Plenário do CFP. Entretanto, ficou mantido o texto original do regimento, sem essa modificação. Houve discussão também sobre a multa para quem não vota, haja vista que o valor de gerar o boleto é maior que o valor a ser recebido pela multa. Houve sugestões para se cobrar um valor significativo nas multas. Essa sugestão não se manteve, mas foi combinado que o CFP



252  
253  
254  
255  
256  
257  
258  
259  
260  
261  
262  
263  
264  
265  
266  
267  
268  
269  
270  
271  
272  
273  
274  
275  
276  
277  
278  
279  
280  
281  
282  
283  
284  
285  
286  
287  
288  
289  
290  
291  
292  
293  
294  
295  
296  
297  
298  
299  
300

deve iniciar campanha sobre recadastramento desde já, para informar os psicólogos sobre a importância das eleições, envolvendo a categoria no assunto, explicando também sobre o processo do CNP – Congresso Nacional da Psicologia. Paulo Aguiar falou da importância de se pensar também no processo de transição de gestões. Rogério Giannini sugeriu que haja um GT para isso e que seja recomendado que todos os CRPs tenham um procedimento para tanto. O CFP pode criar um rito que sirva de exemplo. Na reunião do GT de Eleições houve também um questionamento sobre os convidados do plenário do CFP, pois não há previsão de convidados na lei, mas isso foi discutido e entenderam que dois convidados ainda é pouco para tudo que precisa ser feito. Na reunião do GT Eleições também ventilaram a ideia da ficha limpa, pois argumentaram que é preciso ter critérios para o impedimento de candidatura. Após se discutir a necessidade desse critério no contexto do Sistema Conselhos de Psicologia, o CFP colocou que os critérios estabelecidos, relacionados ao Código de Ética do psicólogo, já são suficientes. Iolete Ribeiro explicou que no regimento atual não há prazo para inscrição de chapas no CFP e houve sugestão para que as inscrições se encerrem antes do CNP – Congresso Nacional da Psicologia para que a Comissão Eleitoral analise a documentação e homologue as chapas antes do evento. Rogerio Giannini opinou que isso pode ser problemático, porque o CNP é um espaço de debate e de formação de novas chapas. Iolete Ribeiro e Paulo Aguiar informaram também as sugestões de regulamentação de financiamento da campanha que foram pensadas para o regimento. O Plenário do CFP discutiu o assunto e concluiu que não cabe ao CFP fazer o que foi sugerido, como, por exemplo, controlar o impulsionamento de propagandas eleitorais em redes sociais. A recomendação do CFP sobre o assunto é de retirada de todo o texto sugerido pelo GT e a produção de um texto mais geral ligado aos preceitos éticos. Iolete Ribeiro e Paulo Aguiar informaram que na última eleição houve quatro dias de votação e como não haverá mais o voto por correspondência, a ideia é ampliar a votação para cinco dias, pois há cidades com muitas dificuldades de *internet*. Eles informaram também que surgiu no GT a dúvida a respeito de nova candidatura de quem já renunciou em mandatos anteriores. Iolete Ribeiro citou o artigo 61, que trata de eleições suplementares e explicou que o GT pediu para rever isso. Norma Celianne destacou que a questão da renúncia não está contemplada no artigo 61. Ficou combinado que deve ser feita uma pesquisa para saber se esse impedimento existe em alguma legislação, para fundamentar bem a proposta, se for o caso, mas a ideia é que não se use isso para punir pessoas a partir de agora, pois pode parecer perseguição a algumas pessoas, para impedi-las de concorrer nas próximas eleições. A ideia é ter um princípio ético sobre a importância de honrar os mandatos sem o risco de ser oportunista e impedir certas pessoas de se candidatarem.

**5. PACTO POLÍTICO PELA NÃO IMPLEMENTAÇÃO NO RJ (RIO DE JANEIRO) DAS NOVAS POLÍTICAS NACIONAIS DE SAÚDE MENTAL E DE DROGAS:** Paulo Aguiar informou que há um documento feito pela Frente Parlamentar em Defesa da Reforma Psiquiátrica para o qual foi solicitada a assinatura do CFP, sobre o desrespeito às conquistas de saúde mental, numa lógica de internações compulsórias e de abstinência. Assim, o objetivo é avaliar se o CFP se tornará signatário desse pacto. Ele informou que várias entidades e pessoas da luta antimanicomial já assinaram. O documento foi lido em plenária e foi aprovado o apoio do CFP.

**6. APRESENTAÇÃO DO HISTÓRICO DE RELANÇAMENTO DA REVISTA DIÁLOGOS:** Iolete Ribeiro informou que os trabalhos estão em andamento e que inclusive já há uma jornalista contratada. Ela esclareceu que não há deliberações para o ponto.

**7. AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA EM PROCESSOS DE ADOÇÃO – PROPOSTA DE COOPERAÇÃO DA SINDCA-MDH:** Iolete Ribeiro informou que a convite de Inajara Maria Oliveira, Coordenadora-

301  
302  
303  
304  
305  
306  
307  
308  
309  
310  
311  
312  
313  
314  
315  
316  
317  
318  
319  
320  
321  
322  
323  
324  
325  
326  
327  
328  
329  
330  
331  
332  
333  
334  
335  
336  
337  
338  
339  
340  
341  
342  
343  
344  
345  
346  
347  
348  
349  
350

Geral de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (CGPDCA), da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA), do Ministério dos Direitos Humanos (MDH), o CFP participou de uma reunião em 10 de abril. Na ocasião, foi apresentado o interesse da SNDCA/MDH em firmar Acordo de Cooperação com o CFP visando promover a atuação das clínicas-escola, vinculadas aos cursos de graduação em Psicologia, para a realização de avaliação psicológica de crianças em processos de adoção. Foi apresentada experiência semelhante no âmbito de parceria firmada, sem repasse de recursos financeiros, entre o CFP e o CNJ – Conselho Nacional de Justiça, para o atendimento de mulheres vítimas de violência pelas clínicas-escola. Iolete Ribeiro destacou que a primeira preocupação é de que estagiários não substituam servidores responsáveis por uma política pública. Ela lembrou que já estava deliberado pelo CFP que haverá um seminário sobre adoção, então ficou combinado que o CFP continuará na linha de qualificar a psicologia nesse processo e que o CNJ deve ser envolvido na nova possibilidade que está surgindo. Iolete Ribeiro pediu sugestões do Plenário para formatar melhor a proposta. O Plenário perguntou se há um estudo sobre como andam os processos de adoção e ela respondeu que não. Ela também informou que na reunião houve diálogo sobre a sobrecarga de trabalho que os psicólogos de tribunais têm e que os últimos concursos não têm aberto vagas para psicologia, então é preciso ter servidores psicólogos disponíveis para realizar essas avaliações. Houve indicação do Plenário do CFP de levar o debate para o FENPB – Fórum de Entidades da Psicologia Nacional Brasileira para ouvir outras entidades.

**8. DEPOIMENTO ESPECIAL – DEMANDAS DO GRUPO PERMANENTE DE PSICOLOGIA JURÍDICA E ESCUTA DE CRIANÇAS (GPPJEC):** Iolete Ribeiro informou que o CFP recebeu um convite do TJDF – Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios para uma reunião sobre escuta de crianças. Ela explicou que suspeita que o objetivo da reunião seja tratar de uma carta, que tem circulado em vários espaços, de psicólogos que dizem não concordar com a posição do CFP e apoiam o processo de “escuta especial” que está previsto na nova lei. São psicólogos contrários à nota aprovada na Apaf de dezembro. Iolete Ribeiro informou que essa carta não chegou oficialmente ao CFP, mas é preciso pensar no posicionamento que o CFP terá em relação ao documento. Explicou que não é necessário responder diretamente aos profissionais, mas é preciso produzir mais documentos a respeito do assunto. Iolete Ribeiro informou que já tem intervenções com a AASP Brasil – Associação de Assistentes Sociais e Psicólogos do Brasil e que o CFP já foi convidado pelo CRP-06/SP para um evento. Acrescentou que os organizadores desse evento criaram um grupo de trabalho para pensar várias ações, como, por exemplo, fazer audiências públicas no país, divulgar vídeos, entre outras atividades. Iolete Ribeiro destacou que nesse grupo há duas posições: uma de só falar do depoimento e reforçar a posição contrária ao depoimento especial. E outra posição de que devemos falar de forma mais ampla, da violência, de políticas para prevenção de violência e mostrar que não há rede de proteção, que o estado não está implicado no processo de proteção. Iolete Ribeiro ressaltou que o site do CFP não tem nada sobre o assunto, mas verificou que existe um *hotsite* escondido sobre criança e adolescente que tem alguns bons materiais. Ela sugeriu que se dê visibilidade a estes materiais: “Falando sobre...”, Seminário Nacional, Documento da CDH-CFP (Comissão de Direitos Humanos do CFP). Iolete Ribeiro indicou que é preciso produzir novos documentos abordando a lei. Ela explicou que um dos argumentos envolvidos no debate sobre a escuta especial diz respeito às falsas memórias e à importância de se usar um protocolo que registre de maneira fiel as informações que a criança pode trazer. Iolete Ribeiro explicou que tem sido utilizado um protocolo do Alabama, porque não há nada produzido no Brasil, por isso, falou da

*Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page.*

352  
353  
354  
355  
356  
357  
358  
359  
360  
361  
362  
363  
364  
365  
366  
367  
368  
369  
370  
371  
372  
373  
374  
375  
376  
377  
378  
379  
380  
381  
382  
383  
384  
385  
386  
387  
388  
389  
390  
391  
392  
393  
394  
395  
396  
397  
398  
399  
400

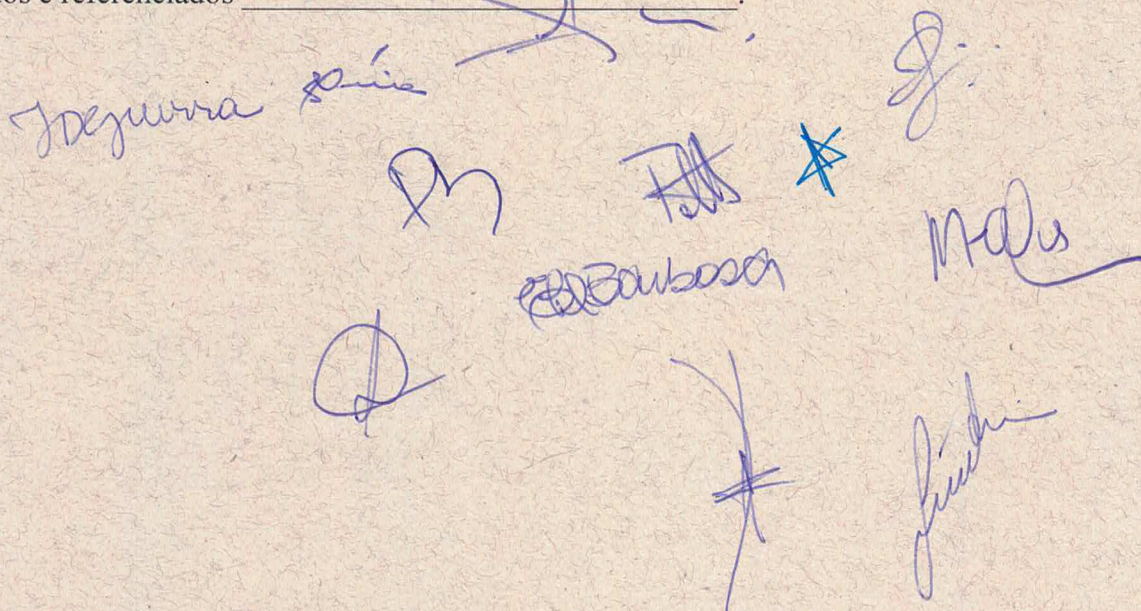
importância da aproximação também com psicólogos que atuam com avaliação psicológica. Acrescentou que as capacitações nos tribunais têm sido feitas pela psicóloga Sônia Rovinsk. Fabian Rueda lembrou que houve uma tensão no diálogo entre o CFP e o IBAP – Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica em anos anteriores em virtude dessa pauta e esclareceu que nem no IBAP nem mesmo na CCAP- Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica do CFP há consenso sobre o assunto. Fabian Rueda indicou uma conversa mais aprofundada com Ibpap, para explicar os motivos das críticas do CFP sobre o procedimento previsto na lei. Fabián Rueda explicou que os psicólogos dos tribunais se referem a uma única alternativa de trabalho: entrevista forense numa perspectiva cognitiva. Assim, seria interessante dialogar com o Ibpap para mostrar que há outras abordagens, outras perspectivas. Iolete Ribeiro afirmou que os juízes têm cobrado que se registre literalmente o que a criança fala, sem nenhuma análise do psicólogo. Rogerio Giannini lembrou que não é indicado que o psicólogo participe desse depoimento especial, mas o CFP não disse nada a respeito de realizar avaliação psicológica. Ou seja, a psicologia não se nega a participar do processo, mas para participar, é essencial que se considere a proteção da criança. Iolete Ribeiro informou que a Unicef – Fundo das Nações Unidas para a Infância e a *Childhood* se uniram e tem envolvido outras entidades com o discurso de que o jeito tradicional de tomar depoimento é agressivo e que é preciso mudar, mas o CFP não tem tido espaço para o diálogo. Iolete Ribeiro sugeriu que o assunto seja ponto de pauta da Reunião de Presidentes que antecede a Apaf. Ela lembrou que em momentos anteriores, ficou combinado que os CRPs fariam debates sobre a lei, no entanto, a lei já entrou em vigor e os profissionais estão sendo pressionados a atuarem dentro dessa lei. Iolete Ribeiro também destacou que a nota técnica produzida em Apaf está publicada como se fosse uma produção da Gerência Técnica do CFP. Ficou combinado que Iolete Ribeiro fará um *checklist* do que precisa ser corrigido e divulgado no site sobre o tema. **9. ANPEPP – XVII SIMPÓSIO DE PESQUISA E INTERCAMBIO CIENTIFICO:** Pedro Paulo Bicalho informou que vão acontecer as atividades da “Anpepp do futuro”, que é uma forma de diálogo da Anpepp – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia com a sociedade. Ele ressaltou que essa é uma oportunidade para que os conselheiros do CFP, que fazem parte de GTs da Anpepp, possam inscrever atividades relativas aos processos a que o CFP tem se debruçado, como, por exemplo, os quinze anos do Satepsi – Sistema de Avaliação de Teste Psicológico; a intervenção militar no Rio de Janeiro; as Resoluções CFP nº 001/1999 e 001/2018; a Escuta Especial de Crianças e Adolescentes; entre outras pautas. Ele explicou que o CFP não pode se inscrever como autarquia, pois a Anpepp é uma entidade composta por Programas de Pós-graduação, assim, essa seria uma estratégia para dialogar com um público significativo e para mostrar os debates que são caros ao Plenário do CFP. Fabian Rueda informou que a Abecipsi - Associação Brasileira de Editores Científicos de Psicologia fará dois minicursos em parceria com a Anpepp. Ele informou que após a reunião do FENPB na semana passada, foi possível incluir também o CFP nessa parceira. Assim, a Anpepp vai cuidar de todo o espaço físico e da divulgação, a Abecipsi vai cuidar do capital humano e o CFP terá participação nesses minicursos e cuidará do financiamento dessa logística. Um minicurso é voltado para a questão dos periódicos científicos (sobre como mantê-los em épocas de crise) e o outro é relacionado à questão de indexação. São bem técnicos. Caso dê certo, a ideia é levar essa parceria para as regiões norte e nordeste, que são carentes em publicações científicas e depois ampliar para as demais regiões. Fabián Rueda destacou que na última reunião do FENPB foram retomados alguns acordos que não estavam sendo cumpridos, como, por exemplo, que a Secretaria Executiva do Fórum estivesse sempre presente na Mesa de Abertura dos eventos. Ele

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*



402  
403  
404  
405  
406  
407  
408  
409  
410  
411  
412  
413  
414  
415  
416  
417  
418  
419  
420  
421  
422  
423  
424  
425

destacou que é preciso pensar num discurso bem preparado para aproveitar as oportunidades, entendendo a dinâmica da Anpepp. **10. PESQUISA QUEM É A PSICÓLOGA BRASILEIRA:** Pedro Paulo Bicalho informou que há um encaminhamento da Apaf para retomar a pesquisa “Quem é a psicóloga brasileira”. Ele perguntou se isso poderia se tornar uma tarefa do “GT Mulheres” da Apaf. Sandra Spósito respondeu que não tem opinião consolidada sobre isso, mas entende que é importante continuar a pesquisa. Sugeriu que seja feito um projeto cuidadoso de retomada da pesquisa com um formato específico, pois não deve ser feito nem pelo Crepop, nem pelo GT, teria um caminho próprio, com um direcionamento do Plenário sobre como será feito, se terá Comissão *Ad Hoc*, talvez com convite a alguém que esteve na outra pesquisa, como Marilda Castelar, por exemplo. Indicou a necessidade de ser um grupo pequeno como responsável, de, no máximo, quatro pessoas, para se debruçar sobre o material e fazer um plano de trabalho. Ficou combinado que Sandra Spósito trará uma proposta para a plenária de maio. **11. CANDIDATURA DO CFP COMO ENTIDADE DA SOCIEDADE CIVIL PARA INTEGRAR O CNDM (2018-2021):** Daniel Arruda (Gerência de Relações Institucionais do CFP) informou que Clarissa Guedes era representante do CFP no CNDM – Conselho Nacional de Direitos das Mulheres e é preciso definir quem ficará no lugar dela, já que ela sairá de licença. O processo eleitoral será em 8 e 9 de maio. Após breve análise do contexto de participação desse Conselho, foi combinado que o CFP não deve se retirar dessa candidatura e foi indicado e aprovado pela plenária o nome de Jureuda Guerra para representar o CFP. Rogério Giannini encerrou a reunião às vinte e uma horas e trinta e seis minutos. Esta ata foi lavrada por mim, Pedro Paulo Gastalho de Bicalho, Secretário-Geral do CFP, a qual foi lida e assinada por todos os presentes acima nomeados e referenciados \_\_\_\_\_.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like Jureuda Guerra, Rogério Giannini, and others.